

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉA DA SILVA PIRES

A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS,
COM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO
DIGITAL

FLORIANÓPOLIS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS,
COM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO
DIGITAL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Ferreira

Co-orientador: Prof. M.Sc. Neri Müller

FLORIANÓPOLIS

2010

ANDRÉA DA SILVA PIRES

A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS,
COM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO
DIGITAL

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 06, dezembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Luiz Felipe Ferreira, Dr.
Orientador

Professor Neri Müller, M.Sc
Membro

Professor Nivaldo João dos Santos, M.Sc
Membro

Florianópolis, 06 de dezembro de 2010

Dedico este trabalho, aos meus pais Lenoir e Eliane Pires, pelo amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Acreditava que a parte mais fácil da monografia seria fazer os agradecimentos, agora percebo o quanto eu estava enganada. As contribuições e participações para a realização desse trabalho foram inúmeras, e neste momento tenho a responsabilidade de nomear essas pessoas. Para não ser injusta, e não esquecer ninguém, pretendo não citar nomes, pois a cada minuto me recordava de uma nova pessoa, de uma nova ajuda.

Meu maior agradecimento a Deus, pois tudo que conquistei e irei conquistar é por vontade dele.

À minha família e ao meu namorado, mais que agradecimentos, desculpas. Várias foram as crises, e as ausências. Obrigada por me aturarem mal humorada, pela compreensão, paciência e incentivo dispensados durante todo este tempo.

Ao orientador professor Luiz Felipe Ferreira, que com seu conhecimento e experiência me ajudou a vencer mais essa etapa, e que me aturou ligando aos finais de semana.

Ao co-orientador e chefe, professor Neri Müller, pela disposição em ajudar sempre que precisei, pelas leituras minuciosas a cada nova versão, pelas sugestões e acima de tudo pelo apoio.

Aos meus amigos de curso e de trabalho, que sempre estiveram presentes, e não sabem o quanto me ajudaram.

Aos amigos que fiz durante esses quatro anos e meio de universidade, e que admiro cada um deles pelas suas particularidades.

Aos profissionais da área contábil, que me forneceram informações fundamentais para realização desse trabalho.

Enfim, a todos que fizeram parte da minha vida, pois todos contribuíram direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui.

Obrigada!

"A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao seu tamanho original" (Albert Einstein)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo das informações geradas para o ambiente SPED	29
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Períodos principais da história da Contabilidade	22
Quadro 2: Benefícios com implantação da NF-e	34
Quadro 3: Estudo Bibliométrico – Evolução da publicação de pesquisas relacionadas ao SPED... ..	37
Quadro 4 - Perfil dos Respondentes.....	41
Quadro 5 - Perfil dos respondentes por sexo.....	41
Quadro 6- Itens a serem revistos de acordo com o grau de dificuldade encontrada	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de colaboradores.....	42
Gráfico 2: Forma de tributação	43
Gráfico 3 - Subprojetos que conduziram a implantação do SPED nas empresas	44
Gráfico 4- Necessidade de mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que implantaram o SPED.....	45
Gráfico 5 - Busca por informação.....	47
Gráfico 6 - Perfil do profissional contábil.....	48
Gráfico 7 - Impactos do projeto SPED nos escritórios	49
Gráfico 8 - Mudanças ocasionadas pelo SPED.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Autoridade Certificadora

ANPCONT - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

AR - Autoridade de Registros

CRC-SC - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CT-e - Conhecimento de Transporte Eletrônico

DF – Distrito Federal

ECD - Escrituração Contábil Digital

EFD - Escrituração Fiscal Digital

ENANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ENCAT – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais

FCDL - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

COTEPE: Comissão Técnica Permanente do ICMS

NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul

NF-e - Nota Fiscal Eletrônica

NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

PVA - Programa Validador e Assinador

RICMS – Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

SPED - Sistema Público de Escrituração Digital

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

PIRES, Andréa da Silva. – A percepção dos contabilistas do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital. Florianópolis, 2010. 61 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2010.

As exigências decorrentes da implantação do SPED exigem uma adaptação na estrutura operacional e de gestão da empresa, e também uma melhor capacitação dos profissionais que para ela trabalham. Sendo assim, tem-se como objetivo geral do trabalho investigar a percepção dos profissionais do município de Florianópolis, que atuam na área contábil, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e sua influência na formação profissional. Para o atendimento do objetivo, realizou-se um estudo descritivo do tipo *survey*, pretendendo identificar e descrever as características, opiniões e atitudes dos profissionais contábeis devidamente associados ao SESCOF grande Florianópolis, estabelecido em Florianópolis e com endereço eletrônico listado no site do SESCOF em 14 de outubro de 2010, chegando-se a 153 endereços eletrônicos válidos. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário, composto por 22 questões, entre perguntas do tipo fechadas, fechada/aberta e abertas. Os resultados obtidos demonstraram que muitos profissionais estão inseguros quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, para os respondentes, as modificações são inúmeras, exigindo uma dedicação ainda maior, dos profissionais contábeis. O trabalho permite concluir que apesar das dificuldades com a implantação do SPED, a busca por adequação, por parte do profissional da área contábil para atender essas novas exigências, teve como resultado direto, melhoria na qualidade da informação, possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes, ganho de produtividade e agilidade nos processos.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital, Percepção dos Contabilistas, Formação Profissional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 Objetivo Geral.....	15
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	16
1.5 DELIMITAÇÃO.....	19
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	21
2.2 A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	23
2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED).....	25
2.3.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL.....	28
2.3.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL.....	31
2.3.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E).....	31
3. METODOLOGIA.....	35
3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	35
3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	36
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	38
3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	40
4.1 O GRUPO DE PESQUISA.....	40
4.2 PERFIL DO PROFISSIONAL.....	40
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO.....	42
4.4 SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SPED.....	43
4.5 SOBRE OS BENEFÍCIOS E AS DIFICULDADES COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED....	46
4.6 SOBRE O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AO SPED.....	46
4.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A CONTABILIDADE.	50
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A evolução da contabilidade como ciência social está diretamente associada ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional da sociedade. À medida que as atividades foram se desenvolvendo e as organizações tornando-se mais complexas, ampliou-se a necessidade de aperfeiçoamento do instrumento de avaliação da situação patrimonial.

Independente do porte, é através da Contabilidade que os gestores obtêm informações de como os negócios estão se portando, qual sua rentabilidade, seu grau de endividamento, além de manter o controle de gastos, despesas, receitas. A Contabilidade transforma os dados em informações, por isso a base dos registros precisa traduzir transparência e a realidade operacional, para dessa forma auxiliar na gestão da empresa.

Para IUDÍCIBUS (2009, p.7):

O sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes.

Como instrumento de gestão empresarial, a Contabilidade vem se desenvolvendo e se aperfeiçoando para auxiliar os gestores na tomada de decisão. Com esse objetivo, o profissional da área contábil está fazendo uso das Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) para melhorar sua prestação de serviços.

Utilizando-se da tecnologia, o profissional da área obtém benefícios na forma de executar a Contabilidade de uma empresa, quais sejam a automatização dos processos, o desenvolvimento de tarefas em rede, a facilidade e rapidez no acesso aos dados. A tecnologia, os sistemas de informação contábil funcionam como um banco de dados e através dele, pode-se, a qualquer momento e lugar, ter acesso à informação, o que, por sua vez, auxilia a tomada de decisão.

Nesse contexto, objetivando melhor acompanhamento tributário, a Receita Federal do Brasil passou a fazer uso desse banco de dados, quando instituiu o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, trazendo, ainda como finalidade promover a integração dos sistemas nas três esferas de

governo, federal, estaduais e municipais, através da padronização e do compartilhamento das informações.

De acordo com informações disponibilizadas no portal do SPED, criado com o propósito de modernizar as atividades contábeis e aperfeiçoar o controle fiscal, o SPED é um conjunto de programas, englobando a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), o Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT), o Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico e Central de Balanços. Mesmo fazendo parte da composição do projeto, esses programas mantêm independência entre si e seguem legislação e critérios próprios.

A obrigatoriedade de utilização desse projeto por determinadas empresas vem beneficiar, sobremaneira, o profissional da área contábil, uma vez que diversos controles que estavam a cargo da Contabilidade passam a ser desempenhados pela empresa. Toda a movimentação será gerada por sistemas informatizados e integrados pela empresa, reduzindo sensivelmente o índice de erros com a escrituração das notas fiscais de forma manual, assim como o tempo despendido com a digitação e conferência dos documentos.

Desse modo, o projeto SPED configura-se um marco importante na mudança de comportamento de muitos profissionais, pois o contador deixou de ser um prático para ser um técnico, um verdadeiro conhecedor da profissão. Para Duarte (2008), com o Sistema Público de Escrituração Digital a responsabilidade do profissional contábil torna-se maior, uma vez que o trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Ressurgem, assim, outras tarefas típicas do contador, como a contabilidade gerencial, o planejamento tributário, a auditoria, a assessoria.

O contador precisa assumir uma nova postura, não pode mais ser visto como um profissional que exerce funções meramente fiscais. O seu papel é muito mais amplo, não apenas prático. Vivemos na era do conhecimento, e o contador precisa se manter atualizado, acompanhar as mudanças no ambiente, aplicando o seu conhecimento a cada situação.

1.2 TEMA E PROBLEMA

As mudanças decorrentes da implantação do SPED exigem uma adaptação não

apenas da empresa, mas também dos profissionais que nela trabalham. A abrangência do SPED vai além da Contabilidade e do departamento fiscal, atingindo e influenciando outras áreas como departamento de compra e de vendas, departamento de informática, departamento de logística, expedição, departamento de faturamento, departamento financeiro.

O Sistema Público de Escrituração Digital impõe um novo relacionamento entre a empresa, a Contabilidade e o fisco, mudando o contexto operacional como é desenvolvida a Contabilidade, e exigindo maior transparência no conjunto de informações apresentadas ao fisco. Através do SPED, o fisco aprimora o seu sistema de controle, considerando que o projeto proporciona, em tempo real, acesso às informações declaradas, e faz a análise informatizada dessas informações, substituindo, gradativamente, a fiscalização realizada diretamente na empresa, fazendo a averiguação dos documentos impressos em papel, sendo que muitos poderiam transcorrer o prazo decadencial e o fisco não tomar conhecimento.

Por se tratar de um assunto recente, pouco investigado pela área acadêmica, que apresenta inúmeras alterações legais, e que afeta os departamentos contábil e fiscal, aumentando a necessidade de preparação técnica por parte dos profissionais para atender as novas demandas, torna-se necessário investigar os impactos causados com a progressiva implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, além, é claro, do acompanhamento da legislação.

Nesse contexto tem-se como pergunta de pesquisa a seguinte questão: qual a percepção dos profissionais da área contábil a respeito da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é investigar a percepção dos profissionais do município de Florianópolis, que atuam na área contábil, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, decorrem como necessários os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil do profissional que atua na área contábil.
- Identificar os subprojetos que conduziram a implantação do SPED.
- Identificar, sob a ótica dos contadores, quais os benefícios e dificuldades da implantação do SPED.
- Avaliar a percepção dos contadores com relação à implantação do SPED.

1.4 JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de adaptação às novas exigências, as quais interferem diretamente no contexto operacional como é desenvolvida a Contabilidade, e cobram maior transparência no conjunto de informações apresentadas ao fisco, este estudo visa contribuir, oportunizando espaços para reflexões ao apresentar a percepção de profissionais que atuam na área contábil, com relação à implantação do SPED e sua influência na formação profissional.

Decorrente de se tratar de um tema atual, em termos de produção científica, há poucas pesquisas explorando o Sistema Público de Escrituração Digital. Nesse sentido, este trabalho também vem contribuir para o aprofundamento a respeito do assunto, encontrando sua justificativa, por caracterizar-se como marco para futuros estudos, aprofundando a pesquisa sobre o tema aqui discutido.

Ademais, considerando a importância do projeto na relação contribuinte, contabilidade e fisco, e apesar do elevado número de empresas obrigadas a utilizarem o SPED, ainda encontramos alguns entraves.

Durante a Assembléia Geral da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) de Santa Catarina, realizada em 22 de outubro de 2010, entre outros assuntos abordados, tratou-se da obrigatoriedade, a partir de janeiro do próximo ano, da entrega do SPED Fiscal para as empresas do Lucro Presumido.

Na ocasião, lideranças contábeis endossaram um documento, elaborado pela classe

empresarial, que pede à Secretaria da Fazenda a ampliação desse prazo, de forma a dar mais tempo para que os segmentos envolvidos possam se adaptar às novas exigências. Na oportunidade, representantes das entidades contábeis apontaram escassez de pessoal capacitado para operacionalizar a nova sistemática de lançamentos. Uma vez que, apesar de as empresas contábeis darem todo suporte de implantação ao novo sistema, a responsabilidade da geração de arquivos corretos, dentro das exigências definidas pelo SPED, é das próprias empresas.

Desse modo, quanto à viabilidade, o presente estudo se torna viável uma vez que há tempo hábil para realizá-lo.

E visando relacionar artigos que pudessem contribuir para a formulação do problema, objetivo geral, para a construção do referencial teórico, bem como para observar a originalidade do trabalho proposto, inicialmente, foi realizado um estudo bibliométrico.

A bibliometria abrangeu os artigos publicados nos períodos de 2007 a 2009, inicialmente nos congressos da USP (Universidade de São Paulo); ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis); ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração); e Congresso Brasileiro de Custos. Posteriormente, devido à carência de publicação na área, esse ambiente de coleta foi ampliado para o Congresso Brasileiro de Contabilidade; Congresso UFSC de Controladoria e Finanças; e a Revista Catarinense de Ciências Contábeis. Quanto às terminologias de busca foram utilizadas: Sistema Público de Escrituração Digital, SPED, NF-e, Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e Escrituração Contábil Digital.

Foram, então, selecionados e mapeados 6 (seis) artigos, sendo que, após análise, verificou-se que eles não tratavam do mesmo tema proposto por este trabalho, ou seja, investigar a percepção dos profissionais, que atuam na área contábil, do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e sua influência na formação profissional. Desse modo, verificou-se a originalidade deste estudo.

No quadro a seguir pode-se visualizar o objetivo dos seis estudos mapeados.

Evento	Ano	Título	Autores	OBJETIVO DO ARTIGO
ENANPAD	2008	Proposta de um Framework para apoio à adoção da NF eletrônica	Milca S. Martins, Edimara M Luciano, Mauricio G Testa.	Propor um framework para a adoção da Nota Fiscal eletrônica, que abranja os mecanismos componentes e intervenientes dessa adoção. A questão de pesquisa que este trabalho pretende responder é: quais são e como se relacionam os mecanismos componentes e intervenientes da adoção da NF-e?
Congresso Brasileiro de Contabilidade	2008	Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica - nf-e	Sidinei Aparecido Pereira, Rosilene Locks, Dulio Souza Matos, Gleimíria Batista da Costa.	Identificar as percepções dos contribuintes acerca dos benefícios apontados pelo projeto conceitual da Nota Fiscal Eletrônica-NF-e implantado pelo Governo do Estado de Rondônia. Além disso, buscará alcançar, ainda, os seguintes objetivos específicos: a) conhecer os conceitos a respeito do assunto através da exploração do referencial teórico; b) examinar o processo de implantação da Nota Fiscal Eletrônica no Estado de Rondônia.
Congresso Brasileiro de Contabilidade	2008	Nota fiscal eletrônica: projeto nacional e a iniciativa municipal de São Paulo – uma análise comparativa	Wolney Resende de Oliveira, Diulie Fernandes Maia.	Fazer uma contextualização do projeto, procurando promover o entendimento do que, efetivamente, a NF-e significa e representa e como ela surgiu, incluindo uma correlação entre NF-e e a Certificação Digital, dentre outras tecnologias envolvidas.
Congresso UFSC de Controladoria e Finanças	2008	Os impactos da implantação do sistema público de escrituração digital (SPED) na gestão das micro e pequenas empresas	Suzana Francisco, Suelen Haidar Ronchi, Pedro José Von Mecheln.	Verificar como a informatização do sistema tributário nacional irá refletir na gestão das micro e pequenas empresas.
Congresso UFSC de Controladoria e Finanças	2009	Compatibilizar as demonstrações contábeis de acordo com o modelo governamental – proposta de adaptação à escrituração contábil digital	Blênio César Severo Peixe, Carlos Emílio Felsky.	Analisar, de forma objetiva, a implantação do sistema público de escrituração digital do governo, verificando em que este sistema contribui para uma tributação mais justa.
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2009	Sistema público de escrituração digital - SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho - SC	Marciane Maria Mahle, Alex Fabiano Bertollo Santana.	Verificar o nível de percepção para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nos escritórios de contabilidade de Pinhalzinho - SC

Quadro 1 – Estudo Bibliométrico – Artigos mapeados e seus objetivos
Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se no quadro 1 a descrição do objetivo dos artigos mapeados, podendo-se constatar que não houveram artigos que tratassem do mesmo tema aqui proposto.

No entanto, um desses artigos foi selecionado por possuir certo grau de semelhança com o tema proposto, uma vez que objetiva verificar o nível de percepção para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nos escritórios de contabilidade do município de Pinhalzinho – SC.

1.5 DELIMITAÇÃO

Esta pesquisa objetiva investigar a percepção dos profissionais, que atuam na área contábil do município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e sua influência na formação profissional. Sendo assim, a partir do objetivo percebeu-se necessária a delimitação do universo a ser pesquisado, uma vez se tornar inviável a aplicação do questionário a todos os contadores de Florianópolis.

Nesse sentido, o estudo foi delimitado a partir dos escritórios de contabilidade devidamente associados ao Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis – SESCON grande Florianópolis, com domicílio em Florianópolis e com endereço eletrônico listado no sitio do Sindicato em 14 de outubro de 2010, chegando-se a 153 endereços eletrônicos válidos.

Quanto à delimitação do estudo com relação ao horizonte temporal, foram analisados os respondentes de 14 de outubro a 03 de novembro de 2010.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo é formado por cinco capítulos, estruturados com subseções. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, na qual se busca abordar: (i) a contextualização sobre o tema de pesquisa; (ii) o objetivo geral; (iii) os objetivos específicos; (iv) a justificativa; e (v) a delimitação da pesquisa. No segundo capítulo, aborda-se a revisão da literatura sobre o Sistema Público de Escrituração Digital,

compondo um panorama geral sobre os principais subprojetos do SPED, quais sejam: a Escrituração Fiscal Digital (EFD); a Escrituração Contábil Digital (ECD); e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia da pesquisa, na qual se apresentam: (i) o enquadramento metodológico; (ii) os procedimentos para revisão da literatura; (iii) a população e a amostra do estudo; e, (iv) os procedimentos para coleta e análise dos dados. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados da coleta de informações sobre o SPED, a fim de atender os objetivos desta pesquisa. No quinto capítulo apresenta-se a conclusão do trabalho e sugestões para futuros trabalhos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Uma das ciências mais antigas, a Contabilidade surgiu da necessidade de registro e controle do patrimônio, estando sua evolução associada ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ao tratar o assunto Sá enfatiza (1997, p.15):

A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano.

Para Iudícibus (2009), o homem primitivo, ao contar seus rebanhos, seus instrumentos de caça e pesca seus fardos de alimentos, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. Esse mesmo autor afirma ainda (2009, p.29) que “a Contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa, ou melhor dizendo, que conta”.

A fragilidade dos elementos de comprovação, no entanto, faz com que não exista um conhecimento concreto de quem ou quando a contabilidade foi criada. Para Sá (1997), a natureza sigilosa dos trabalhos, a ética exigida, a própria forma como se desenvolveram os registros, a dificuldade de identificar os autores e até mesmo o próprio tempo, são responsáveis pela imprecisão de datas quando tratamos da história da Contabilidade e sua evolução.

Para maior clareza desse assunto, no quadro a seguir serão apresentados os períodos principais da história da Contabilidade sob a ótica de Sá (1997), destacando-se que esta abordagem não invalida a de outros estudiosos no assunto.

INTUITIVO PRIMITIVO	Vivido nos períodos lícitos da Pré-história da Humanidade, caracteriza-se pelas manifestações rudimentares de arte e pré-escrita. O homem dessa época buscava memorizar aquilo que dispunha e que não precisava mais buscar na natureza, porque armazenara. O documento mais antigo que se conhece dessa época, uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidades, foi encontrado na gruta de D'Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França.
RACIONAL – MNEMÔNICO	Ocorrido na Antiguidade, iniciou-se cerca de 4.000 a. C, com o estabelecimento de métodos de organização da informação. Apuração de custos, revisão de contas, controles gerenciais de produtividade, orçamentos já eram praticados em registros feitos em pranchas de argila, em civilizações da Mesopotâmia. Cerca de 2.000 anos antes de Cristo, a Mesopotâmia já adotava o Razão, tinha muitas demonstrações e sumários de fatos patrimoniais.
LÓGICO RACIONAL	Desenvolvido na Idade Média da Humanidade, na segunda metade do século XI. A preocupação com a causa e o efeito do fenômeno deu origem as partidas dobradas, e a aplicação dos números arábicos à escrituração.
LITERATURA	Iniciou-se no século XV, com a preocupação de ensinar por meio de livros. Livros que ensinavam a escrituração contábil já existiam, porém, foi a obra do frei italiano Luca Pacioli, editada em Veneza, em 1494, que impulsionou a difusão da literatura contábil.
PRÉ- CIENTÍFICO	Iniciou-se no final do século XVI. Nessa fase, ocorreu a formação das primeiras teorias empíricas.
CIENTÍFICO	Desenvolvido nas primeiras décadas do século XIX, nele apareceram as primeiras obras científicas e as primeiras escolas do pensamento contábil. Neste período passou-se a estudar a essência dos fenômenos patrimoniais.
FILOSÓFICO - NORMATIVO	Vivido a partir da década de 50 do século XX, quando o avanço da tecnologia e dos sistemas de informações criou a preocupação de normatizar as informações.

Quadro 1: Períodos principais da história da Contabilidade
Fonte: Adaptada de Sá (1997. p.16)

Nesse panorama, a história nos mostra que a Contabilidade era feita de forma bastante primitiva. Inicialmente era apenas um cálculo mental; posteriormente, à medida que o homem começava a possuir maior quantidade de bens, tornou-se mais difícil a sua memorização. A partir de então, com o surgimento da escrita, o homem começou a registrar as suas contas, misturando números com figuras, sendo feitas em pedras, argilas ou até mesmo em papiros.

A história da Contabilidade retrata ainda, uma preocupação com a riqueza e a

propriedade. Essa preocupação é uma constante e, à medida que as atividades vão se desenvolvendo e se tornando mais complexas, a Contabilidade também foi se desenvolvendo, a fim de atender às novas exigências. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 39) colocam a Contabilidade como a base para o crescimento do Capitalismo, além de ser a história da Contabilidade a história da nossa era.

Segundo Ribeiro (2006, p.19):

A principal finalidade da contabilidade é fornecer informações sobre o Patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa.

Do surgimento da Contabilidade aos dias atuais, foi grande a sua evolução e a de seus objetivos. Inicialmente, suas informações eram destinadas aos proprietários; hoje, os seus usuários são os mais variados, abrangendo os acionistas, órgãos de regulamentação, o governo e até mesmo seus clientes, fornecedores e concorrentes.

Atualmente, aliada ao avanço tecnológico e ao advento da internet, a Contabilidade aprimorou os seus sistemas de controles, sua forma de desenvolver e de prover informações.

2.2 A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A evolução da ciência contábil se confunde com o desenvolvimento da sociedade. Essa ciência não foi apenas consequência do desenvolvimento humano, mas o próprio provedor de informação que alimenta o mundo capitalista. Hendriksen e Breda (1999) colocam a Contabilidade como base para o crescimento do capitalismo.

Essa evolução da sociedade ampliou os usuários da informação contábil, e, com isso, surge a necessidade de uniformizar e padronizar as informações geradas. Nesse sentido, os avanços tecnológicos se constituíram um facilitador desse processo.

Recentemente, com o avanço da tecnologia, a criação da calculadora, do computador e da internet, a Contabilidade se tornou mais ágil e dinâmica. A verdade é que os avanços tecnológicos afetaram a sociedade como um todo. A Contabilidade é apenas um dos vários setores beneficiados pelo uso da tecnologia.

Por armazenar muita informação, funcionando como banco de dados da empresa pelo qual se permite acompanhar todas as suas transações, sua evolução patrimonial, e até

mesmo fazer projeções, os sistemas contábeis facilitaram o acesso a esses dados, a análise e a validação da informação.

Segundo Hendriksen & Breda (1999, p.38):

A Contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a Contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos.

Com o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e das Comunicações (TIC), essa ciência vem fazendo parte do dia-a-dia das pessoas, ocupando espaço nas organizações nas mais diversas tarefas. Para a Contabilidade, a TIC trouxe mudanças significativas, proporcionando ganhos de produtividade e eficiência nos processos, através do fornecimento de informações.

A tecnologia da informação aplicada à Contabilidade facilitou a troca de comunicações e modernizou todo o sistema. As funções tradicionais da Contabilidade, como escrituração, elaboração de balancetes, livros, análise dos dados, foram profundamente afetadas. Para Moscové, Simkin e Bagranoff (2002, p.22): “Uma característica da era da informação é o emprego da maior parte da força de trabalho como trabalhadores do conhecimento. Esses trabalhadores estão produzindo e usando informação e conhecimento.” Com a integração dos computadores e da internet, o homem vive a revolução do conhecimento e da informação.

Nesse contexto, Deitos (2003) afirma que os avanços tecnológicos impactam sobre a Contabilidade por duas vias: pelo contexto externo, macro dos negócios, que ao atingir os usuários dos serviços contábeis, atingem, mesmo que indiretamente, os serviços contábeis; e pelo contexto interno, através da alteração de processos e ferramentas que envolvem as atividades de processamento dos fatos contábeis.

No entanto, tecnologia e informação não são suficientes, deve-se ter mais do que isso, deve-se ter qualidade nessa informação, conhecimento e capacidade para utilizá-la em benefício da empresa. Nesse sentido, Duarte (2008, p. 15) enfatiza que “A informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa, não toma decisões nem cria oportunidades. Para que ela tenha valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese.”

Sendo assim, cabe ao contador explicar e interpretar os fenômenos patrimoniais. O contador deve estar preparado para realizar uma triagem das informações, analisando-as e identificando o que é importante para o futuro da empresa, gerando, dessa forma, um diferencial para a organização.

De maneira alguma a tecnologia substitui o papel do contador, somente este tem a capacidade de raciocinar, tomar decisões, analisar os fatos e buscar soluções.

2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Conforme menciona Ribeiro (2006), o principal fim da Contabilidade é fornecer informações, de caráter econômico e financeiro, sobre o patrimônio. O governo, por sua vez, identificou, na Contabilidade, um instrumento para exercer o seu papel fiscalizador, uma forma de tomar conhecimento do gerenciamento das empresas.

Fazendo uso das informações obtidas através da Contabilidade, aliada ao avanço da tecnologia, a qual possibilita o cruzamento dessas informações, e ao advento da internet pela qual as informações são repassadas quase que em tempo real, foi desenvolvido o Sistema Público de Escrituração Digital.

A implantação do SPED constitui avanço no sentido de facilitar as atividades de fiscalização sobre operações; padronizar e promover a integração das informações apresentadas; além de diminuir a burocracia. Através desse projeto, a informação gerada pela Contabilidade deve se adequar às necessidades do fisco, uma vez que as informações repassadas são unificadas e padronizadas conforme determinação legal.

Faz-se necessário mencionar que, o Brasil não é o precursor na implantação de um sistema eletrônico como o SPED. Conforme Faria *et al.* (2010), adotando nome diferente, em 2001, o Chile já havia lançado essa ideia. O Chile foi um dos primeiros países da América Latina a validar documentos por meio de Certificado digital. Posteriormente, o México adotou a ideia de um sistema eletrônico que promovesse a integração entre as esferas do governo e aumentasse a eficiência da administração pública.

No Brasil, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o SPED faz parte do Programa de Aceleração Federal (PAC 2007 – 2010) e trata-se de uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal, com a finalidade de estabelecer um novo tipo de relacionamento entre o fisco e o contribuinte. Com esse novo sistema, o fisco reuniu as informações em um único banco de dados, compartilhado entre as esferas, fazendo diminuir e uniformizar as obrigações entregues pelos contribuintes; e, ainda, possibilitando o cruzamento das informações.

O art. 2º do Decreto nº 6.022 apresenta a definição de SPED, como:

Instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

O projeto SPED é composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Agregam-se ao mesmo projeto outros cinco subprojetos: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e), Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT), Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico e Central de Balanços.

Faz-se necessário ressaltar que cada subprojeto é independente, devendo, assim, ser observada a legislação de cada uma. O fato, porém, de uma empresa estar enquadrada em um subprojeto não necessariamente a obriga aos demais.

De acordo com constante no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil (2010), o projeto SPED é uma construção conjunta de 20 instituições, entre órgãos públicos, conselhos de classe, associações e entidades civis.

Para Oliveira (2009), “O novo sistema busca uniformizar o cumprimento de obrigações, facilitar os trabalhos das auditorias e agilizar o tratamento das informações.”

Nesse sentido, encontra-se, no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil (2010), uma lista com os principais benefícios do projeto SPED:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;

- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do Custo Brasil;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

A criação do SPED, segundo Duarte (2008), representa uma maneira inteligente, encontrada pelas autoridades fiscais, de utilizar a tecnologia da informação para tornar mais eficiente a fiscalização e, assim, buscar a redução do índice de sonegação no País.

Diariamente, se observa que os empresários brasileiros criticam a carga tributária, os encargos, os juros altos, a falta de recursos. (A TRAVA DOS IMPOSTOS, 2010). Entretanto, muitos dos problemas de sobrevivência enfrentados pelas empresas, principalmente as de pequeno porte, são causados pela falta de informação e de conhecimento dos próprios empresários. A falta de um bom gerenciamento e de eficiente interpretação dos dados acaba por distorcer a realidade da empresa. Em muitos casos, o empresário não conhece o verdadeiro valor dos seus produtos ou serviços, não conseguindo, assim, repassar o ônus tributário no valor da venda.

Ainda no entender de Duarte (2008), com o Sistema Público de Escrituração Digital, a responsabilidade do profissional contábil torna-se maior, uma vez que o trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Ressurgem, assim, outras tarefas típicas do contador, como contabilidade gerencial, planejamento tributário, auditoria, assessoria.

Nesse sentido, o sucesso da profissão do contador, na atual conjuntura, depende de alguns fatores importantes como qualificação, visão gerencial, perfil empreendedor, conhecimento em informática, capacidade de interpretar corretamente a legislação, habilidade de aprender, capacidade preditiva, poder de *feed-back*.

Os três principais subprojetos do SPED: o SPED Contábil (ECD), o SPED Fiscal (EFD), e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) serão abordados, mais detalhadamente, no próximo item.

2.3.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é um subprojeto do SPED que, de maneira geral, substitui a escrituração em papel dos livros mercantis pela escrituração de seus equivalentes de forma digital. Sendo assim, deverão ser transmitidos de forma eletrônica os seguintes livros e documentos contábeis: livro Diário e seus auxiliares, livro Razão e seus auxiliares, Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatório dos assentamentos neles transcritos, todos fazendo uso do certificado digital.

A Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, e seus derivativos obrigam as empresas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real a transmitir, por meio do SPED, os seus livros contábeis. Para as demais sociedades empresárias, a ECD é facultativa.

A escrituração contábil será mantida exclusivamente em formato digital, em que, a partir do sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo, o qual será submetido ao Programa Validador e Assinador – PVA, fornecido pelo SPED. Após a validação, o arquivo necessita ser assinado digitalmente pela pessoa que detém poder para assinar, de acordo com os registros na junta comercial, e pelo contabilista responsável. Após a assinatura é gerado um requerimento, o qual é encaminhado para registro digital na Junta Comercial, e esta, por sua vez, analisará o requerimento e o Livro Digital. A análise poderá gerar três situações: Autenticação do livro, Indeferimento, Sob exigência. Um livro colocado sob exigência pela Junta Comercial, após sanada a irregularidade, deve ser reenviado ao SPED. O PVA tem, ainda, as funcionalidades de visualização da escrituração e de geração e recuperação de *backup*.

Conforme relembra MAHLE (2009, p. 81):

As informações transmitidas e disponíveis no ambiente nacional do SPED serão compartilhadas com os órgãos e entidades das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observando o estabelecido no Decreto 6.022 de 2007, garantindo total integridade do sigilo bancário, fiscal e comercial da empresa.

De acordo com o art. 5º da Instrução Normativa nº 787, a transmissão da ECD deve ser realizada anualmente, até as 20 horas do último dia do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira à escrituração, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, de acordo com o art. 10 da mesma Instrução Normativa.

A figura a seguir apresenta o fluxo das informações geradas para o ambiente SPED, desde a geração do arquivo pelo sistema da contabilidade até a autorização do registro.

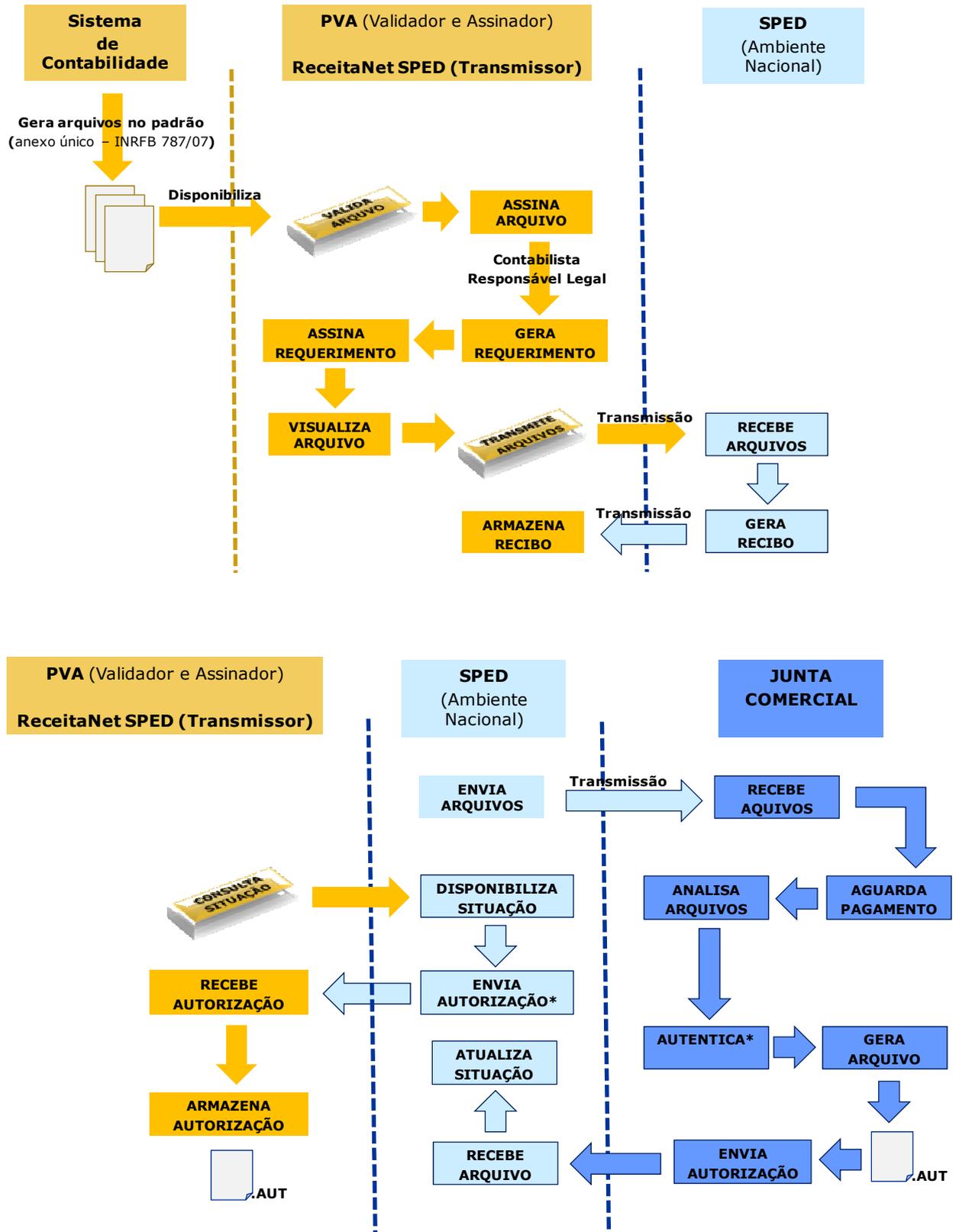


Figura 1: Fluxo das informações geradas para o ambiente SPED

Fonte: Boal, Luiz; Juskow, Sergio. Os impactos da NF-e e do SPED para o Contabilista. Apostila PROJETO EDUCAÇÃO CONTINUADA – CRC. Maio 2009.

2.3.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

A Escrituração Fiscal Digital (EFD), instituída nacionalmente pelo Convênio ICMS nº 143, de dezembro de 2006, de maneira simplificada, é a escrituração fiscal do contribuinte, enviada ao fisco num formato eletrônico. A EFD substitui, assim, a escrituração e a impressão em papel dos seguintes livros fiscais: Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI e Registro de Apuração do ICMS.

A Escrituração Fiscal Digital passou a ser obrigatória somente a partir de 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no Convênio 143/06. Dispõe a cláusula 3ª do mesmo convênio que o contribuinte pode ser dispensado da EFD desde que autorizado pela Unidade Federada ou pela Receita Federal. No Estado de Santa Catarina, o Anexo 11 do RICMS/SC trata, a partir do art. 24, sobre a EFD.

O art. 25 do Anexo 11 do RICMS/SC define as empresas obrigadas à EFD e os respectivos prazos de início:

I – a partir de 1º de janeiro de 2009 para o contribuinte:

a) cuja soma do valor contábil das saídas realizadas pelo conjunto dos seus estabelecimentos localizados neste Estado, informado na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME, referente ao exercício de 2007, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

b) prestador de serviços de comunicação e de telecomunicação e fornecedor de energia elétrica, que emitiu em 31 de julho de 2008 seus documentos fiscais em uma única via por sistema eletrônico de processamento de dados, de acordo com o estabelecido no Anexo 7, Seção IV-A;

II – a partir de 1º de abril de 2010, para os contribuintes cuja soma do valor contábil das saídas realizadas pelo conjunto dos seus estabelecimentos localizados neste Estado, informado na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME, referente ao exercício de 2008, seja superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), exceto quanto aos contribuintes já obrigados de acordo com o inciso I;

III – a partir de 1º de julho de 2010, para o contribuinte cuja soma do valor contábil das saídas realizadas pelo conjunto dos seus estabelecimentos localizados neste Estado, informado na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME, referente ao exercício de 2008, seja igual ou superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) até R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), exceto quanto aos contribuintes já obrigados de acordo com o inciso I;

IV – a partir de 1º de julho de 2011 para os demais contribuintes registrados no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CCICMS, exceto os enquadrados no Simples Nacional.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2009 os contribuintes não obrigados à EFD, excetuados os optantes pelo Simples Nacional, poderão optar de forma irretratável pela sua utilização, mediante requerimento dirigido à Secretaria de

Estado da Fazenda.

§ 2º Os arquivos digitais com o registro da escrituração fiscal relativa aos meses de janeiro a agosto de 2009 poderão ser entregues até o dia 30 de setembro de 2009.

§ 3º No caso de fusão, incorporação ou cisão, a obrigatoriedade de que trata o *caput* se estende à empresa incorporadora, cindida ou resultante da cisão ou fusão.

O arquivo digital da EFD deverá ser enviado até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, conforme estabelece art. 33 do anexo 11 do RICMS/SC.

A partir da base de dados da empresa deverá ser gerado um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração. Esse arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA), fornecido pelo SPED, o qual verifica a consistência das informações prestadas no arquivo. Após essas verificações, o arquivo digital é assinado por meio de certificado digital¹. É importante frisar que quem desenvolve ou adquire o programa gerador do arquivo digital do SPED fiscal é a empresa; o validador o fisco fornece.

A EFD somente terá validade, para efeitos fiscais, após a confirmação de recebimento do arquivo pelo fisco. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, na forma e prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

2.3.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E)

O projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem seus principais idealizadores nas Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, nas Secretarias de Finanças dos municípios e na Secretaria da Receita Federal do Brasil. Todas essas entidades, devidamente representadas, em agosto de 2005, no evento do II ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, assinaram o Protocolo ENAT

¹ Criada pela Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de outubro de 2001, a Certificação Digital, tem o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade, a confidencialidade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica. É uma ferramenta tecnológica que identifica com precisão com que pessoa física ou jurídica está se comunicando virtualmente, permite o acesso a informações, além de assinar documentos eletrônicos dando-os validade legal.

03/2005, visando o desenvolvimento e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

De acordo com SOUSA NETO e SOUZA (2005 apud Martins 2008):

O projeto brasileiro de Nota Fiscal Eletrônica foi inspirado em soluções pioneiras do exterior, como o modelo chileno e mexicano. O Chile adota, desde 2003, a Nota Fiscal Eletrônica – denominada de fatura eletrônica para negócios entre empresas. Mais recentemente, experiências bem sucedidas como no México reforçam a tendência e a consolidação desta modalidade de documento fiscal.

Instituído pelo Ajuste SINIEF 04/2006, e todas as suas alterações posteriores, a Nota Fiscal Eletrônica tem o objetivo de promover a integração e o compartilhamento de informações entre os órgãos fiscalizadores, reduzindo, assim, os custos e entraves burocráticos, além de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias.

Conforme Duarte (2008, p. 69):

A NF-e é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado à Secretária da Fazenda (SEFAZ) de sua unidade federativa, para validação e autorização.

A NF-e poderá ser utilizada, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com exceção das notas fiscais de venda efetuada fora dos estabelecimentos comerciais.

De maneira simplificada, o contribuinte terá que transmitir à Secretaria da Fazenda de sua jurisdição o arquivo da NF-e contendo as informações fiscais da operação comercial, digitalmente assinado. Por sua vez, a SEFAZ fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria. Para acompanhar o trânsito da mercadoria será expedida uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulada DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica). Conforme relembra Mahle (2009, p. 79):

o DANFE somente será emitida após a Autorização de Uso da NF-e, portanto, o contribuinte não emitirá a Nota Fiscal, mas sim o DANFE, documento que tem código de barra para leitor óptico da chave de acesso e contém todos os dados necessários para escrituração, devendo ser impresso em papel.

O projeto NF-e institui mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais. No que tange às características da Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o ENCAT (2010) no projeto conceitual da NF-e, elas são as seguintes:

- É um documento digital, que atende aos padrões definidos na MP 2.200/01, no

formato XML (Extended Markup Language);

- Apresenta garantia de autoria, integridade e irrefutabilidade, certificadas através de assinatura digital do emitente, definido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil);
- O arquivo da NF-e deverá seguir o leiaute de campos definido em legislação específica;
- Deverá conter um “código numérico”, obtido por meio de algoritmo fornecido pela administração tributária, que comporá a “chave de acesso” de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente e o número da NF-e;
- Para poder ser válida, deverá ser enviada eletronicamente e autorizada pelo fisco, da circunscrição do contribuinte emissor, antes de seu envio ao destinatário e antes da saída da mercadoria do estabelecimento;
- A transmissão da NF-e será efetivada, via *Internet*, por meio de protocolo de segurança ou criptografia;
- A NF-e transmitida para a SEFAZ não pode mais ser alterada, permitindo-se apenas, dentro de certas condições, seu cancelamento;
- Deverão ser emitidas em ordem consecutiva crescente e sem intervalos, a partir do 1º número sequencial, sendo vedada a duplicidade ou o re-aproveitamento dos números inutilizados ou cancelados;
- A critério das administrações tributárias, a NF-e poderá ter o seu recebimento confirmado pelo destinatário.

Quanto aos benefícios com a implantação da NF-e, o Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica lista benefícios tanto para os contribuintes como para as administrações tributárias, como demonstrados no quadro a seguir.

BENEFICIADOS	BENEFÍCIOS
Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e)	Redução de custos de impressão; Redução de custos de aquisição de papel; Redução de custos de envio do documento fiscal; Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais; Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF; Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira; Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B);
Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)	Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e; Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais; Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);
Sociedade	Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias; Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.
Administrações Tributárias	Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal; Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito; Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação; Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

Quadro 2: Benefícios com implantação da NF-e
 Fonte: Adaptado de ENCAT (2010).

Importante mencionar que a cada Estado a ao DF cabe sua regulamentação da Nota Fiscal Eletrônica através do regulamento do ICMS estadual. No estado de Santa Catarina, a NF-e é regida pelo Anexo 11 do RICMS-SC, e pela Portaria nº 189/07, que define sobre o credenciamento para emissão.

O projeto SPED como um todo, não apenas limitando-se a NF-e, influencia o usuário da informação contábil, proporcionando um novo relacionamento entre a empresa, a Contabilidade e o fisco. Uma vez que exige maior transparência no conjunto de informações apresentadas ao fisco, melhorando o acompanhamento tributário. Contribui ainda com maior rapidez no acesso as informações e desburocratização dos processos, além de influenciar na gestão das empresas. Para o contador o projeto proporciona maior valorização profissional a partir do momento que este participa e conhece todo o processo. Deixando de ser visto pelo foco meramente fiscal (apuração de impostos), para ser visto como um auxiliador do empresário na tomada de decisão.

3. METODOLOGIA

A necessidade humana de conhecimento e aprendizagem levou ao surgimento da pesquisa. O tipo de pesquisa e a estratégia a ser adotada muito dependerá do problema, dos objetivos e das metas a serem alcançadas, do tempo e dos recursos disponíveis.

De acordo com Souza, Fialho e Otani (2007, p.21), a pesquisa científica procura evidenciar:

[...] além do próprio fenômeno, as causas e a lógica de sua ocorrência. Procura-se, na verdade, estabelecer princípios, conceitos e leis que permitam explicar as razões da ocorrência de um determinado fenômeno. Assim, após serem repetidas várias vezes pelo raciocínio humano, essas razões tornam-se verdades provisórias, axiomáticas.

Neste sentido, a pesquisa científica é capaz de responder ao problema proposto, de organizar informações, assim como é também uma maneira formal de comprovar as causas da ocorrência de um fenômeno.

3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para Beuren (2003), uma pesquisa monográfica deve ter uma contribuição científica, apresentando, de forma sistemática e ordenada, um melhor entendimento sobre o tema abordado. Explica, ainda, que a monografia objetiva a reflexão de um tema ou problema específico, resultante de um procedimento de investigação sistemático.

Souza, Fialho e Otani (2007) acreditam não ser possível realizar um trabalho científico sem a utilização rigorosa dos instrumentos e procedimentos de pesquisa, para, só assim, se obter resultados cientificamente prováveis.

Desse modo, de acordo com os objetivos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva do tipo *survey*, uma vez que pretende identificar e descrever as características, opiniões e atitudes de determinado grupo. Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p.65), a pesquisa descritiva “(...) observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Busca descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”. Com relação à maneira como o trabalho será conduzido, os procedimentos adotados encontram amparo em Tripodi, Fellin e Meyer (1981, p. 39) ao mencionarem que

“pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*”. Barbetta (1994, p. 17) corrobora com esses autores, afirmando que “neste tipo de pesquisa observam-se diversas características dos elementos de uma certa população, utilizando-se questionários ou entrevistas. A observação é feita naturalmente e sem interferência do pesquisador”.

Quanto à fonte de coleta de dados, será de natureza primária, uma vez que as informações serão obtidas diretamente em campo. De acordo com Beuren (2003, p.134), a coleta de dados de fonte primária é a que “trabalha com informações que não receberam tratamento analítico.” Para tal realização optou-se pela aplicação de um questionário como instrumento de pesquisa.

No que se refere à forma de abordagem do problema, Richardson (1985, p. 38) enfatiza que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Beuren (2003) concorda ao afirmar que, na pesquisa qualitativa, busca-se aprofundamento em relação ao fenômeno que se estuda, visando o destaque de características não observadas na abordagem quantitativa.

Neste sentido, a abordagem do problema, neste estudo, deu-se de forma qualitativa, uma vez que se buscou levantar e interpretar as opiniões dos contadores, numa tentativa de melhor conhecer o contexto do problema.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão da literatura, no primeiro momento, ocorreu nos anais do período de 2007 a 2009, dos principais eventos nacionais de Contabilidade, sendo: ANPCONT, ENANPAD, Congresso Brasileiro de Custos e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Posteriormente, devido à carência de publicação na área, esse ambiente de coleta foi ampliado para o Congresso Brasileiro de Contabilidade, Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e a Revista Catarinense de Ciências Contábeis.

Foi utilizada, como critério de seleção dos artigos, a ocorrência de palavra-chave no título, resumo e/ou nas palavras-chaves do artigo, das seguintes terminologias: Sistema Público de Escrituração Digital, SPED, NF-e, Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital.

Sob a perspectiva de investigar o Sistema Público de Escrituração Digital, foram identificados, no material selecionado, seis artigos, conforme demonstra o Quadro 4, a seguir.

Evento	Quantidade de Artigos			
	2007	2008	2009	Total
ANPCONT				0
CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS				0
CONGRESSO USP DE CONTROL. E CONTABILIDADE				0
ENANPAD		1		1
CONGRESSO BRASILEIRO CONTABILIDADE		2		2
CONGRESSO UFSC DE CONTROL. E FINANÇAS		1	1	2
REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL			1	1
	0	4	2	6

Quadro 3: Estudo Bibliométrico – Evolução da publicação de pesquisas relacionadas ao SPED
Fonte: Elaborado pela autora

A bibliometria permitiu verificar a carência de publicação sobre o Sistema Público de Escrituração Digital, bem como perceber que grande parte delas se remetia a um subprojeto do SPED, a nota fiscal eletrônica.

Dentre os artigos encontrados, o artigo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho – SC, dos autores Marciane Maria Mahle e Alex Fabiano Bertollo Santana, publicado na Revista Catarinense da Ciência Contábil, é o que mais se assemelha aos objetivos desta pesquisa.

Esse referido artigo objetiva verificar o nível de percepção para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nos escritórios de contabilidade de Pinhalzinho – SC. A análise dos dados deu-se em todos os escritórios de Contabilidade registrados no Município, o que totaliza 12 escritórios. No entanto, o estudo diverge do aqui proposto, quando este busca, através de amostragem, investigar a percepção dos profissionais do município de Florianópolis que atuam na área contábil, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e sua influência na formação profissional.

A fim de complementar o material coletado, utilizou-se de informações disponíveis nos sítios eletrônicos das entidades envolvidas no projeto SPED, bem como na legislação vigente, além de recorrer, sempre que se julgou necessário, à bibliografia existente acerca do tema.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Um fator importante para delinear uma pesquisa é identificar *quem* se pretende investigar. Dessa forma, Barbetta (2004, p. 18) chama de população alvo o “conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo. São os elementos para os quais *desejamos* que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas”. Já a população acessível é considerada por Barbetta (2004, p. 18) como a “população ou conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que pretendemos levantar”.

Nesse sentido, visando atender o objetivo desta pesquisa, definiu-se como população alvo deste estudo os contadores devidamente associados ao Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis - SESCON, estabelecido em Florianópolis e com seu endereço eletrônico listado no sítio do SESCON em 14 de outubro de 2010, o que corresponde a uma população de 189 escritórios.

Quanto à população acessível, aquela que foi passível de ser observada, corresponde a 153 escritórios, uma vez que o correio eletrônico identificou erro em 36 dos endereços disponíveis, impossibilitando assim o envio de correspondência eletrônica.

Para Barbetta (2004), quando se pretende conhecer as características de uma população é muito comum se observar apenas uma amostra, e se obter uma estimativa para as características populacionais de interesse.

Desta forma, o método de amostragem utilizado para esta pesquisa definiu-a como não probabilística por acessibilidade. Foram considerados como amostra todos os respondentes do questionário no período compreendido entre o dia 14-de outubro e 1º de novembro de 2010. No período definido houve retorno de 44 questionários, o que caracteriza uma amostra de 28,75 % da população acessível.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A captação de informações para desenvolvimento da pesquisa deu-se através da aplicação de um questionário, constante no apêndice deste trabalho. Beuren (2003, p. 130) define o questionário como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série

ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”.

Composto por 22 questões, entre perguntas do tipo fechadas, fechada/aberta e abertas, o questionário foi elaborado em quatro partes, em que a primeira parte, composta por três questões, busca identificar o perfil do profissional que atua na área. A segunda parte, por sua vez, composta também por três questões, procura estabelecer a caracterização do escritório. A terceira parte, contendo nove questões, procura identificar os subprojetos atendidos pela implantação do SPED, além de identificar as principais mudanças, dificuldades e os benefícios encontrados com a implantação do projeto. A quarta e última parte do questionário, com sete questões, procura identificar a percepção do profissional de Contabilidade em relação ao Sistema Público de Escrituração Digital, e observar, entre os contadores pesquisados, quais ações estão sendo tomadas para se manterem atualizados e qualificados, a fim de atender as novas necessidades de seus clientes.

O envio do questionário foi realizado por correspondência eletrônica, aos escritórios de Contabilidade do município de Florianópolis, associados ao SESCON e com endereço eletrônico disponível no sítio do mesmo em 14 de outubro de 2010, e reenviado doze dias após, 26-10-2010, para a mesma população do estudo uma vez que se encontrou dificuldade em obter resposta.

Quanto ao tratamento dos dados utilizou-se a técnica de escalonamento, através da escala LIKERT. Segundo Richardson (1985, p. 226), o método Likert “começa com a coleta de uma quantidade importante de itens que indicam atitudes negativas e positivas sobre um objeto, instituição ou tipos de pessoa”. Em outras palavras, na escala Likert atribui-se um número à satisfação de uma pessoa com uma variável. Essa técnica foi utilizada para responder as questões 9 da terceira parte do questionário, assim como nas questões 6 e 7 da quarta parte do questionário.

Nesse sentido, na criação do questionário, foram elaboradas perguntas para as quais os respondentes atribuíram grau de importância para cada sentença, sendo a nota 1 para a mais importante e 5 para a menos importante.

No que se refere ao tratamento dos dados coletados, estes foram tratados descritivamente e apresentados em forma de tabelas, gráficos e quadros.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está dividida em seis subseções: na primeira, apresentam-se os resultados da primeira etapa do questionário, identificando o perfil do profissional que atua na área contábil; na segunda, há a caracterização do escritório pesquisado, quanto à quantidade de colaboradores, quantidade de clientes, o regime de tributação dos mesmos, quantidade de clientes submetidos ao SPED; a terceira está voltada a identificar os subprojetos atendidos pela implantação do SPED, além de verificar como foi o processo de implantação; a quarta apresenta as dificuldades encontradas, os benefícios; na quinta verifica-se o entendimento dos contadores em relação ao SPED, mudanças na rotina, e ações tomadas a fim de atender as novas necessidades de seus clientes com a implantação do SPED; e na sexta verifica-se a percepção dos respondentes, no que se refere à tecnologia da informação e seus impactos sobre a contabilidade.

4.1 O GRUPO DE PESQUISA

A população acessível da pesquisa foi composta por 153 escritórios de contabilidade, encontrados no sítio eletrônico do SESCON. Destes, foi coletada uma amostra não probabilística por acessibilidade de 28,76%, ou seja, 44 escritórios respondentes.

4.2 PERFIL DO PROFISSIONAL

Primeiramente, buscou-se verificar a condição do respondente, neste caso a pessoa responsável pelo escritório. Pôde-se constatar, então, que 63,64% dos respondentes são do sexo masculino, com 45,5% dos responsáveis pelo escritório com faixa etária entre 25 anos e 35 anos. E quanto à escolaridade, observou-se que grande parte dos respondentes, 54,55%, possui graduação, conforme mostra o quadro 5, a seguir.

Perfil dos Respondentes		
Sexo	Feminino	36,36%
	Masculino	63,64%
Faixa etária	Menos de 25 anos	Nenhum caso
	Entre 25 anos e 35 anos	45,45%
	Entre 36 anos e 45 anos	31,82%
	Mais de 45 anos	22,73%
Escolaridade	Nível técnico	4,55%
	Graduado	54,54%
	Especialista	31,82%
	Mestrado	9,09%
	Doutorado	Nenhum caso

Quadro 4 - Perfil dos Respondentes
Fonte: dados da pesquisa.

Os dados quanto ao perfil dos respondentes foram divididos, ainda, por sexo, para melhor apresentar os resultados, conforme demonstra o quadro 6.

Sexo	Feminino	Masculino	
Faixa etária	Menos de 25 anos	Nenhum Caso	Nenhum Caso
	Entre 25 anos e 35 anos	75%	28,57%
	Entre 36 anos e 45 anos	Nenhum Caso	50,00%
	Mais de 45 anos	25%	21,43%
Escolaridade	Nível técnico	Nenhum Caso	7,14%
	Graduado	62,50%	50%
	Especialista	25%	35,72%
	Mestrado	12,50%	7,14%
	Doutorado	Nenhum Caso	Nenhum Caso

Quadro 5 - Perfil dos respondentes por sexo
Fonte: dados da pesquisa

Um dado a mencionar é o fato de os homens serem maioria entre os responsáveis pelos escritórios pesquisados, com 63,64 % da amostra, no entanto, no quadro 6, onde é detalhado o perfil por sexo, percebe-se que 75 % das mulheres da amostra estão na faixa etária entre 25 anos e 35 anos contra 28,57 % dos homens. Na visão da autora, esses dados podem demonstrar um maior interesse das jovens mulheres por esta ciência, e, quem sabe, uma futura mudança quanto ao predomínio de mulheres atuando na área contábil, além disso, nota-se uma busca maior por parte das mulheres da amostra, por qualificação, como é o caso verificado no mestrado.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO

Para melhor caracterização dos escritórios da amostra, averiguou-se a quantidade de colaboradores; de clientes; a forma de tributação; e, desses clientes, quantos estão obrigados ao SPED.

O quadro 8 demonstra a quantidade de colaboradores por empresa analisada.

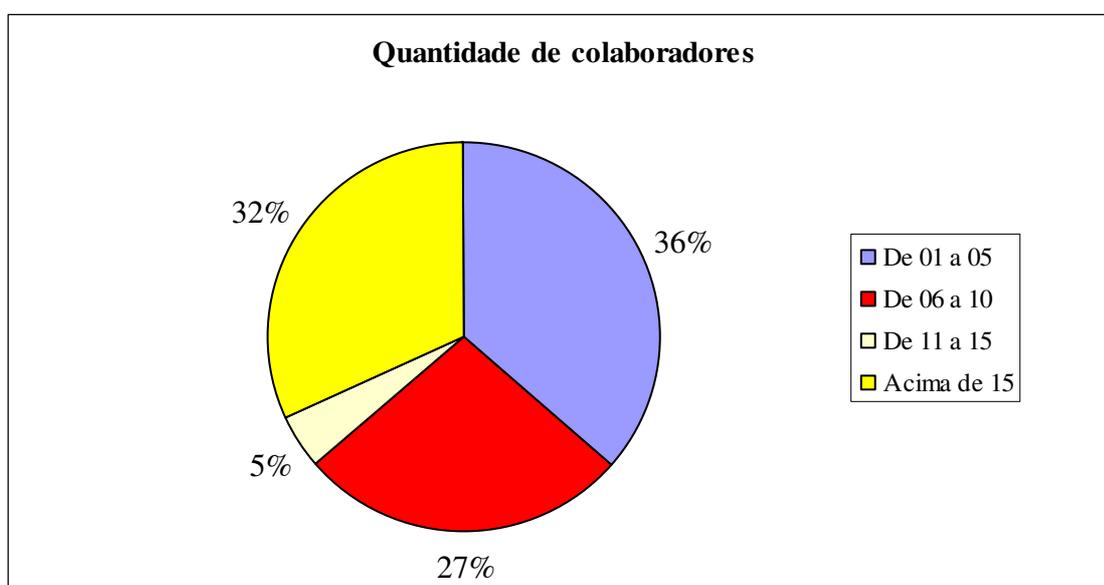


Gráfico 1 - Quantidade de colaboradores
Fonte: dados da pesquisa

Entre as empresas da amostra identificou-se uma relação entre quantidade de colaboradores e número de clientes, em que escritórios com até 49 clientes indicaram ter entre 01 a 05 colaboradores e escritórios que possuíam de 50 a 100 clientes indicaram contar com os serviços de 06 a 10 colaboradores, sendo que dois escritórios que indicaram ter entre 11 a 15 colaboradores prestavam serviço para 115 e 120 clientes. Os respondentes que indicaram ter mais de 100 clientes contavam com o apoio de mais de 15 colaboradores, sendo que dois escritórios que indicaram possuir entre 20 a 30 clientes indicaram trabalhar com mais de 15 colaboradores. Acredita-se que este dado esteja relacionado ao fato de mais de 70% dos clientes desses dois escritórios serem tributadas pelo Lucro Real.

O gráfico, a seguir, evidencia o regime de tributação dos clientes atendidos pelos escritórios da amostra.

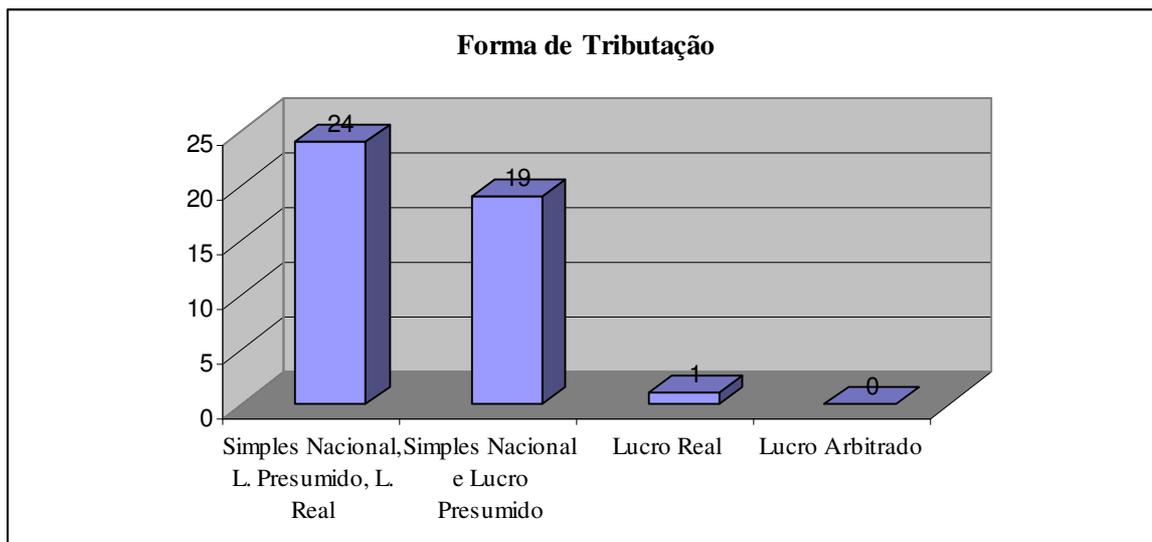


Gráfico 2: Forma de tributação
Fonte: dados da pesquisa

No que se refere ao regime de tributação, 54,55 % da amostra possui clientes enquadrados no Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real; enquanto que 43,18 % possui apenas clientes enquadrados no Simples Nacional e Lucro Presumido. Somente um escritório atende apenas clientes enquadrados no Lucro Real, e nenhum cliente enquadrado no Lucro Arbitrado foi apresentado na amostra analisada.

Uma vez identificado a quantidade de colaboradores, o número de clientes e a forma de tributação, passa-se a verificar, entre os escritórios analisados, os que possuem clientes com o programa SPED implantado, ou que devem adotá-lo. Nesse sentido, verificou-se que 8 escritórios da amostra, o que corresponde a 18,18%, não possuem clientes obrigados ao SPED, e não possuem, até o momento em que responderam o questionário, clientes com prazo definido para implantá-lo.

4.4 SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SPED

Definidos o perfil dos respondentes e a caracterização do escritório, passa-se a verificar a implantação do SPED nas empresas atendidas pelos escritórios analisados.

Uma das orientações para preenchimento do questionário consistia em que este item não fosse respondido pelos escritórios que não possuíssem empresas obrigadas ao projeto SPED, sendo assim, esta parte dos resultados é composta por 36 respondentes.

A Escrituração Contábil Digital (ECD), juntamente com a Escrituração Fiscal

Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é considerada como a base do projeto SPED. Nesse sentido verificou-se que a implantação do SPED nas empresas atendidas pelos escritórios respondentes foi conduzida, em grande parte, pelo conjunto dos três subprojetos principais, indicado por 53% dos escritórios, seguido apenas pela NF-e com 19% e pela NF-e e a ECD em 14% dos respondentes. O gráfico 3 detalha essas informações.

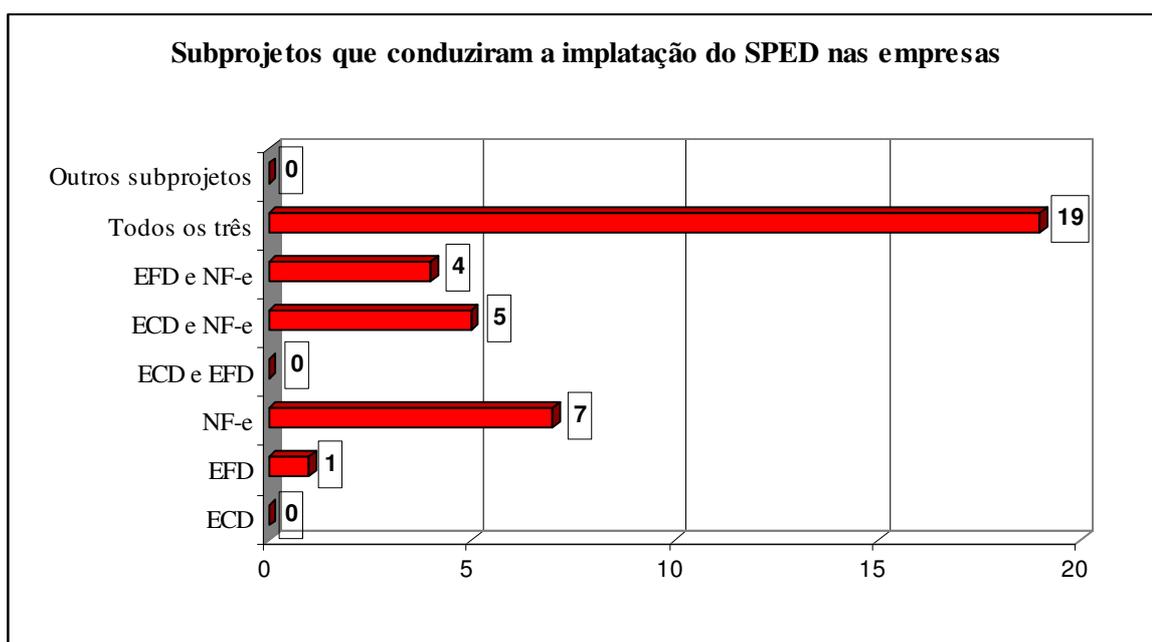


Gráfico 3 - Subprojetos que conduziram a implantação do SPED nas empresas
Fonte: dados da pesquisa

Entre os clientes dos escritórios de Contabilidade que já implantaram ou estão em fase de implantação do SPED, buscou-se verificar os motivos que levaram a adotá-lo. Constatou-se, assim, que os clientes de 28, ou 77,78% dos escritórios tiveram empresas que implantaram por exigência legal, e apenas 08, ou 22,22% dos escritórios possuem clientes que implantaram voluntariamente. A Receita Federal do Brasil define que, entre outros benefícios, o SPED proporcionará condições de maior competitividade das empresas. Nesse sentido, acredito que esse tenha sido um dos motivos que levou essas empresas a implantarem voluntariamente o SPED.

Com relação a esse benefício listado pela Receita, foi perguntado aos contadores se concordavam com a afirmação. Para tanto foram propostas quatro alternativas: Concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Entre os 36 respondentes desta etapa, apenas 6 concordam totalmente com essa afirmação, 25 concordam parcialmente, 4 discordam parcialmente, e apenas 1 discorda totalmente.

Ainda perseguindo os objetivos desta pesquisa, questionou-se os contadores, se, de acordo com a percepção deles, foram necessárias mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que o implantaram, conforme demonstra o gráfico 4.

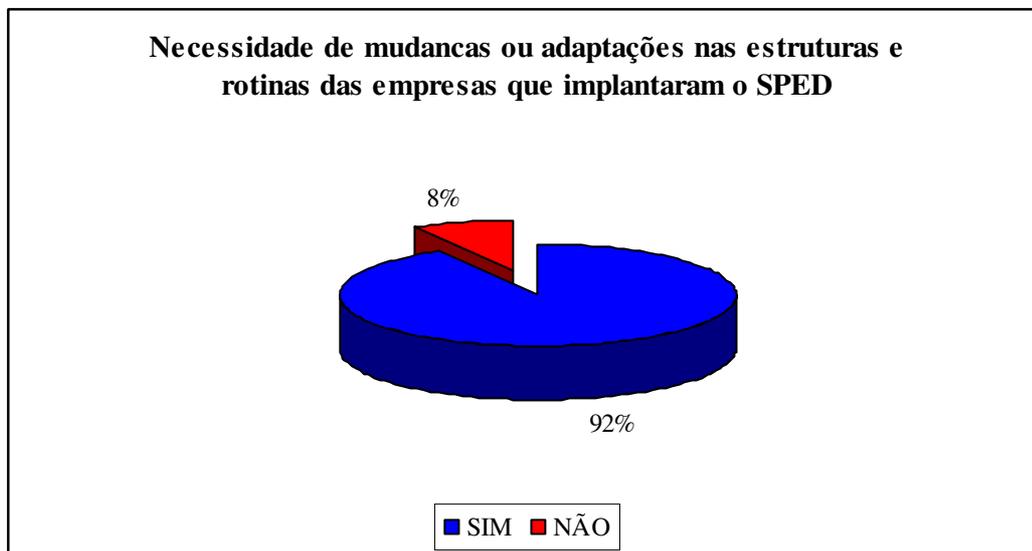


Gráfico 4- Necessidade de mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que implantaram o SPED

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse sentido, de acordo com a percepção de 92% dos participantes da pesquisa, foram necessárias algumas adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que implantaram o SPED. De acordo com as respostas obtidas no questionário, de maneira discursiva, ocorreram adaptações nos sistemas utilizados pelas empresas, de forma a contemplar as exigências impostas pelo SPED, principalmente em relação à geração da NF-e do SPED Fiscal dentro do leiaute determinado na legislação. Quanto à rotina, também foi necessário o treinamento dos profissionais envolvidos no processo de emissão e escrituração de documentos fiscais. Nesse sentido, para os contadores, a principal dificuldade encontrada foi quanto ao treinamento do pessoal. Além de mudanças de cultura, mais controle e fiscalização operacional, maior controle, principalmente, de estoque. Correção de dados dos produtos cadastrados, até a inclusão de NCM não utilizados anteriormente por muitas empresas.

Com relação às áreas e/ou departamentos da empresa envolvidos na implantação do SPED, os mais citados pelos respondentes foram a fiscal, seguida pela tecnológica e contábil. Foram citadas, ainda, porém com mínima frequência, a jurídica e a financeira. Isso permite verificar que a abrangência do projeto vai além da Contabilidade e do departamento fiscal, atingindo e influenciando outras áreas.

4.5 SOBRE OS BENEFÍCIOS E AS DIFICULDADES COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED

Os benefícios e as dificuldades com a implantação do SPED também foram foco desta pesquisa. No que se refere às dificuldades encontradas, foram apresentadas três alternativas, com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa, além de poder mencionar outras dificuldades que não as expostas. A dificuldade na preparação do pessoal foi mencionada 36 vezes, seguida pelo custo financeiro e as mudanças na estrutura da empresa, ambas mencionadas 20 vezes. Foi mencionada, ainda, dificuldade quanto à mudança de cultura dos empresários e responsáveis, e dificuldade de relacionamento entre a área de tecnologia e Contabilidade.

Foram verificadas ainda, segundo opinião dos contabilistas, quais os principais benefícios do SPED. Nesse sentido, tendo como base o sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil (2010), apresentou-se uma lista com os principais benefícios do projeto, conforme percepção desta autora, e pediu-se para que os respondentes atribuíssem um grau de importância a cada um deles, sendo a primeira a mais importante e a última a menos importante. Com o resultado, constatou-se que metade dos respondentes encontrou dificuldade em responder esta questão conforme o solicitado.

Ainda assim, foi possível identificar que a rapidez no acesso às informações foi um grande benefício do projeto, seguida pela melhoria na qualidade da informação, e possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão. A redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel e a preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel foram apontados como os benefícios de menor importância.

4.6 SOBRE O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AO SPED

Procura-se aqui avaliar a percepção dos Contadores perante o SPED.

Neste sentido, quanto à preparação do profissional da Contabilidade, sob a ótica dos respondentes, o que se percebe, principalmente nesta fase do projeto, é que muitos profissionais estão inseguros quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação. O despreparo por parte do profissional da Contabilidade, juntamente com a

falta de mão-de-obra qualificada, foi quase que uma unanimidade entre os respondentes. Apenas um respondente acredita que os contadores estão acostumados com constantes mudanças na legislação e conseguirão, assim, se adaptar ao SPED sem muita dificuldade.

Porém, para a maioria dos respondentes, as modificações são inúmeras, exigindo cada dia mais dos profissionais contábeis, levando-se a perceber a deficiência no conhecimento técnico dos profissionais envolvidos nas rotinas do projeto SPED.

Citam ainda que além de mal preparados na área que atuam, possuem um desconhecimento quase que total das outras áreas envolvidas. No entanto, relatam que aqueles profissionais que estão se adequando às novas exigências e que possuem domínio do assunto, estão visivelmente sendo mais valorizados.

Outra dificuldade dos contadores está na relação com os clientes, que por si estão encontrando dificuldades em se adaptar às novas mudanças.

O que se verifica no momento é que muitos profissionais estão buscando informações de todas as formas possíveis para atender às necessidades exigidas pelo SPED, e, por consequência, atender às novas necessidades de seus clientes. Nesse sentido, buscou-se verificar, demonstrando no gráfico a seguir, quais as principais providências tomadas pelos respondentes, a fim de atender às novas necessidades de seus clientes.

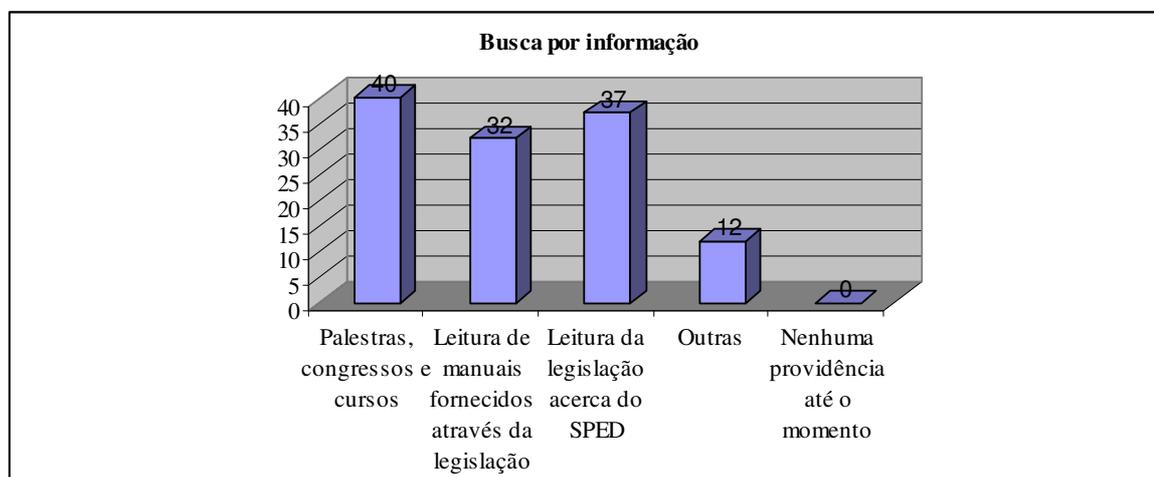


Gráfico 5 - Busca por informação
Fonte: Dados da pesquisa

Neste questionamento oportunizou-se aos respondentes assinalarem quantas alternativas entendessem cabíveis. Assim, observa-se que a busca por qualificação, entre as alternativas possíveis, se dá principalmente por meio de participação em palestras, congressos e cursos, mencionada 40 vezes pelos participantes, seguida pela leitura da legislação acerca do SPED. Foram mencionadas outras ações visando atender melhor os

clientes, como um relacionamento mais próximo com cliente, trocando informações, buscando alternativas para a nova realidade. Leitura de informativos recebidos de empresas de consultoria, e a troca de informações com colegas da área.

O sucesso da profissão do contador, no momento em que vivemos, depende de alguns fatores importantes como qualificação, visão gerencial, perfil empreendedor, conhecimento em informática, capacidade de interpretar corretamente a legislação, habilidade de aprender, capacidade preditiva, poder de *feed-back*. Nesse sentido, os respondentes foram questionados quanto ao fator principal no perfil do profissional da Contabilidade a fim de exercer, com responsabilidade, o seu papel diante das necessidades demandadas na implantação do SPED.

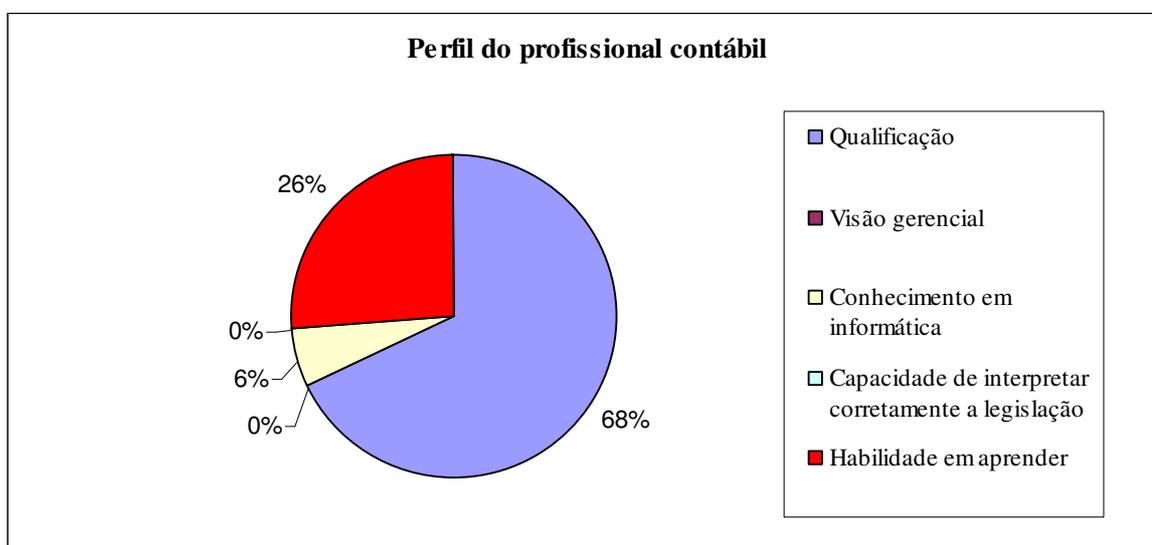


Gráfico 6 - Perfil do profissional contábil
Fonte: Dados da pesquisa

Para 68% dos contabilistas entrevistados, a qualificação é o atributo mais importante para que o profissional da contabilidade exerça, com responsabilidade, o seu papel nessa atual conjuntura.

Procurou-se verificar ainda, se a implantação do SPED nas empresas acarretou em mudanças significativas na rotina dos escritórios de contabilidade.

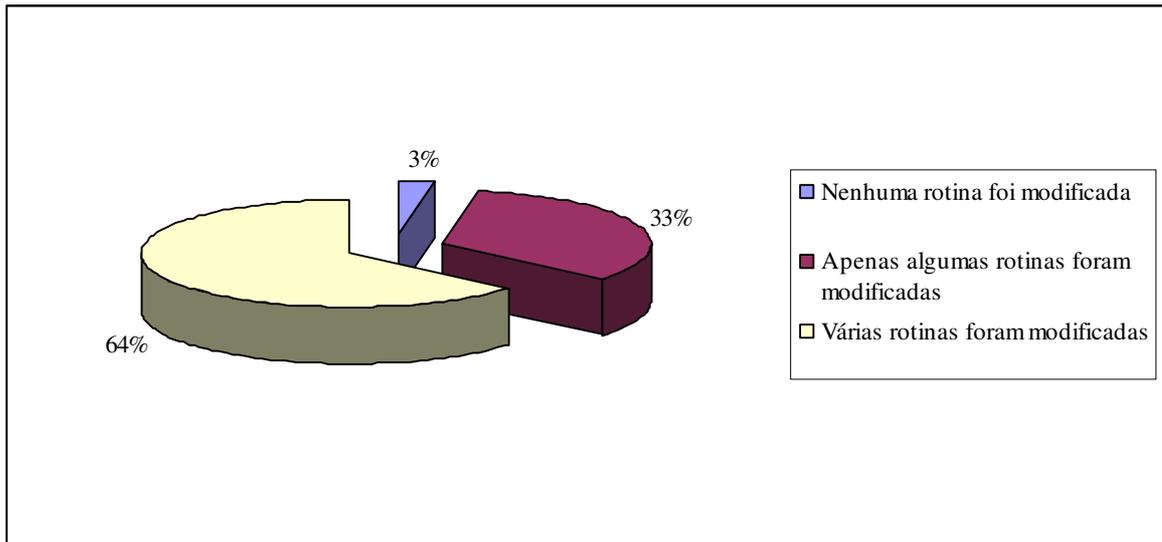


Gráfico 7 - Impactos do projeto SPED nos escritórios
Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico evidencia que, para 64% dos pesquisados, com a implantação do SPED por seus clientes, várias rotinas foram modificadas.

Com relação às consequências que a implantação do SPED ocasionou nos escritórios, procurou-se identificar qual o maior impacto verificado pelos contadores. O resultado demonstra-se no gráfico 8.

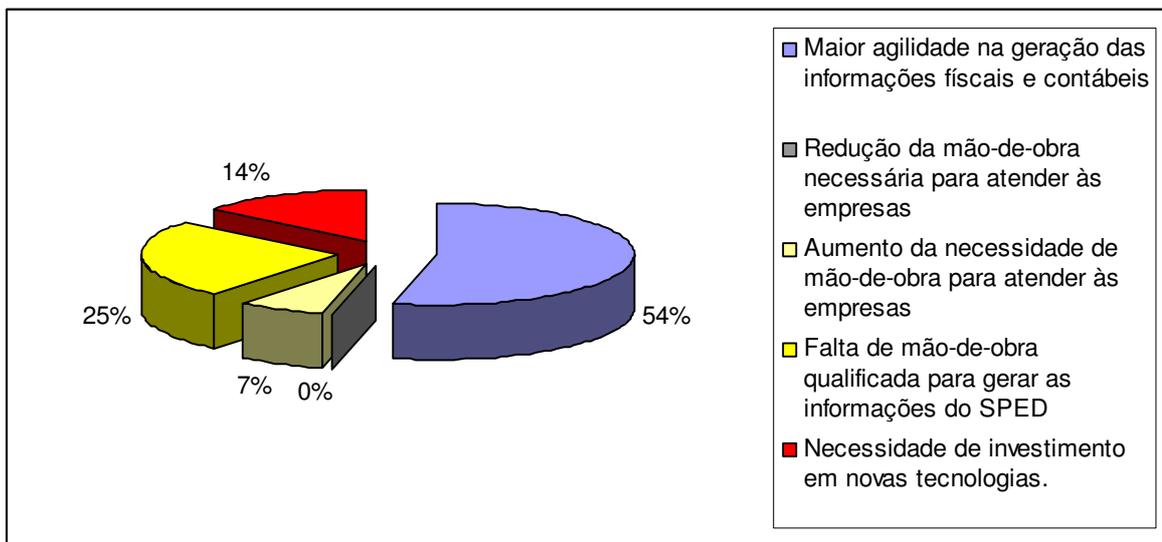


Gráfico 8 - Mudanças ocasionadas pelo SPED
Fonte: Dados da pesquisa

O maior impacto verificado entre os contadores está na maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis, indicado por 54% dos respondentes, seguidos pela

falta de mão-de-obra qualificada para gerar as informações do SPED.

Ainda com relação à percepção do contador quanto ao SPED, foi solicitado para que os respondentes indicassem os itens que devem ser revistos de acordo com as novas regras estabelecidas pela legislação, de acordo com o grau de dificuldade encontrado pelo contador, sendo 1 para a maior dificuldade e 5 para a menor dificuldade encontrada.

Grau de importância	1	2	3	4	5
Interpretação da legislação	50%	8%	17%	17%	8%
Aplicação da legislação	33%	42%	8%	17%	0%
Geração do arquivo	0%	8%	34%	33%	25%
Validação do arquivo	0%	25%	25%	17%	33%
Encontrar software adequado para fazer todo o processo	25%	8%	25%	17%	25%

Quadro 6- Itens a serem revistos de acordo com o grau de dificuldade encontrada

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 7 evidencia que, para os contabilistas, as maiores dificuldades encontradas, ainda estão na interpretação e na aplicação da legislação do SPED. Para esta autora, o conhecimento efetivo da legislação, proporciona ao contador melhores condições de analisar e validar os arquivos exigidos pelo projeto.

4.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A CONTABILIDADE

Com seu desenvolvimento, a Tecnologia da Informação (TI) vem fazendo parte do dia-a-dia das pessoas, ocupando espaço nas organizações nas mais diversas tarefas. Para a Contabilidade, a TI trouxe mudanças significativas, proporcionando ganhos de produtividade e eficiência nos processos, através do fornecimento de informações. Nesse sentido, foi solicitado aos participantes que atribuíssem um grau de importância a cinco vantagens listadas, sendo 1 para a mais importante e 5 para a menos importante. O quadro 8 apresenta os resultados obtidos.

Grau de importância	1	2	3	4	5
Ganhos de produtividade e eficiência nos processos	43%	0%	14%	14%	29%
Fornecimento de informações rápidas	0%	50%	7%	29%	14%
Integração dos programas Fiscal, Folha de Pagamento e Contabilidade	44%	21%	21%	0%	14%
Redução na repetição de lançamentos	7%	29%	7%	36%	21%
Aumento da segurança operacional através do uso dos módulos integrados	0%	0%	58%	21%	21%

Quadro 8 – A importância da tecnologia da informação na Contabilidade

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 8 evidencia que a integração dos programas Fiscal, Folha de Pagamento e Contabilidade, juntamente com os ganhos de produtividade e eficiência nos processos seguido pelo fornecimento de informações rápidas, foram, na percepção dos entrevistados, os principais benefícios da TI para a Contabilidade.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A realização deste estudo deve-se a importância do projeto SPED na relação contribuinte, contabilidade e fisco, onde apesar do elevado número de empresas obrigadas a utilizarem o SPED, ainda encontra-se alguns entraves.

Neste sentido, a proposta deste trabalho foi de investigar a percepção dos profissionais do município de Florianópolis que atuam na área contábil, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital. Com base no objetivo principal surgiram quatro questões que nortearam esta pesquisa: (i) Identificar o perfil do profissional que atua na área contábil; (ii) Identificar os subprojetos que conduziram a implantação do SPED; (iii) Identificar, sob a ótica dos contadores, quais os benefícios e dificuldades da implantação do SPED; (iv) Avaliar a percepção dos contadores com relação a implantação do SPED.

Para obter as respostas a essas indagações, foi elaborado um questionário composto por 22 questões, entre fechadas e abertas, tendo por base o referencial teórico que informa o tema. O questionário foi dividido em quatro partes, em que a primeira parte trata do perfil do respondente; a segunda trata da caracterização do escritório; a terceira, da implantação do SPED; a quarta e última parte trata da percepção do contador em relação ao SPED.

Na avaliação dos resultados, pode-se concluir que 63,64% dos respondentes são do sexo masculino, com 45,5% dos responsáveis pelo escritório com faixa etária entre 25 anos e 35 anos. Quanto à escolaridade, grande parte dos respondentes, 54,55%, possuem graduação. No entanto apesar dos homens serem maioria na amostra, percebeu-se que 75% das mulheres estão na faixa etária entre 25 anos e 35 anos contra 28,57 % dos homens. Na visão da autora, esses dados podem demonstrar um maior interesse das jovens mulheres por esta ciência, e, quem sabe, uma futura mudança quanto ao predomínio de mulheres atuando na área contábil. Além disso, notou-se uma busca maior por parte das mulheres da amostra, por qualificação.

Os resultados apontaram que a implantação do SPED entre os clientes de 54% dos escritórios foi conduzida, em grande parte, pelo conjunto dos três subprojetos principais, ECD, EFD e NF-e.

Quanto às principais dificuldades com a implantação do SPED, foi mencionada, a dificuldade na preparação do pessoal, seguida pelo custo financeiro e as mudanças na

estrutura da empresa.

Existe certa insegurança por parte dos profissionais, quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, em função das inúmeras exigências que o SPED trás. Para os respondentes, as modificações são inúmeras, exigindo cada dia mais dos profissionais contábeis. No entanto, relatam que aqueles profissionais que estão se adequando às novas exigências e que possuem domínio do assunto, estão visivelmente sendo mais valorizados.

Toda essa busca por adequação, por parte do profissional da área contábil, para atender as exigências do SPED, teve como resultado direto apresentado pelos respondentes, melhoria na qualidade da informação, ganho de produtividade e agilidade nos processos.

Diante do apresentado anteriormente, o presente estudo responde os objetivos estabelecidos no trabalho.

Na visão desta autora, o SPED trás uma postura do profissional de Contabilidade, onde era visto por muitos como um profissional que exerce funções meramente fiscais. Com o SPED o trabalho intelectual, o conhecimento do contador, sobrepõe-se ao operacional. Embora o questionário aplicado demonstre que para 68% dos respondentes a qualificação é o fator principal no perfil do profissional da Contabilidade, para esta autora o profissional precisa ainda, ter visão gerencial, conhecimento em informática, habilidade de aprender, poder de feed-back.

Recomenda-se, para futuros trabalhos, quanto ao tema aqui abordado, a continuação deste estudo através da ampliação do número de respondentes, por entender que, dessa maneira, obter-se-á um resultado mais confiável quanto à percepção dos contadores de Florianópolis. Pode-se, ainda, aplicar o mesmo questionário a regiões diferentes, a fim de comparar os impactos do SPED em cada região.

REFERÊNCIAS

A TRAVA DOS IMPOSTOS: Uma nova pesquisa mostra que a carga tributária é o fator que mais atrapalha os negócios no país. São João do Oeste, 26 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/globoregional/economia/a-trava-dos-impostos-1.310623>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BOAL, Luiz; JUSKOW, Sergio. Os impactos da NF-e e do SPED para o Contabilista. Apostila PROJETO EDUCACAO CONTINUADA – CRC. Maio 2009.

BRASIL. Ajuste SINIEF nº 04/2006, de 7 de julho de 2006. *Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/..%5C2006%5CAJ_004_06.htm>. Acesso em 19 jun. 2010.

BRASIL. *Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007*. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em 18 jun. 2010.

BRASIL. *Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007*. Institui a escrituração contábil digital. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em 21 jun. 2010.

BRASIL. *Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001*. Institui a Infra-Estrutura da Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em 19 jun. 2010.

BRASIL. Secretário de Estado da Fazenda. Portaria SEF nº 189/2007, de 7 de maio de 2007. Dispõe sobre o credenciamento do emissor de nota fiscal eletrônica - NF-e. Disponível em: <http://200.19.215.13/legtrib_internet/html/Portarias/2007/Port_07_189.htm>. Acesso em 23 jun. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEITOS, Maria Lucia de Souza. O impacto dos avanços tecnologia e a gestão dos recursos

tecnológicos no âmbito da atividade contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 140, n. 32, p.21-31, mar.-abr. 2003.

DUARTE, Roberto Dias. *Big brother fiscal na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ideas work, 2008.

ENCAT. *Projeto nota fiscal eletrônica: Especificações do escopo do sistema*. Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Projeto_Conceitual_Sistema_NFe_Versao_22_07_06.doc>. Acesso 30 out 2010.

FARIA, Ana Cristina De et al. *SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED*. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/248.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da Contabilidade*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAHLE, Marciane Maria; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. Sistema público de escrituração digital – sped: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. *Revista Catarinense de Ciências Contábeis*, Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73 – 92, abr./jul. 2009.

MARTINS, Milca S.; LUCIANO, Edimara M.; TESTA, Mauricio G. Proposta de um framework para apoio à adoção da nf eletrônica. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, setembro 2008.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A.. *Sistemas de informações contábeis*. São Paulo (SP): Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Edson. *Contabilidade informatizada: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de. *SPED: as teletelas do contribuinte*. Disponível em <<http://www.revistarazacontavil.com.br/index.php?option>> Acesso em 23 jun. 2010.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Sistema Público de Escrituração Digital*. Brasília: Receita Federal do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/default.htm>>. Acesso em 23 jun. 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade Básica Fácil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

SÁ, Antônio Lopes de. *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTA CATARINA. *Decretoi nº 2.870, de 28 de agosto de 2001*. Institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://200.19.215.13/legtrib_internet/index.html>. Acesso em 29 jun. 2010.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDÁRIA. *Convênio ICMS nº 146/06, de 15 de dezembro de 2006*. Institui a Escrituração Fiscal Digital – EFD. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm> Acesso em 24 jun. 2010.

SESCON. FECONTESC na Reunião da FCDL. Disponível em: <<http://www.fecontesc.org.br/index.php?codpagina=37822&codnoticia=00000135>>. Acesso em 01 nov. 2010.

SOUZA, Antonio Carlos; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; NILO, Otani. *TCC: métodos e técnicas*. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. *Análise da pesquisa social*. 2. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONOMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caro (a) Senhor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo coletar dados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica Andréa da Silva Pires, intitulado "a percepção dos contadores de Florianópolis com relação às mudanças profissionais que se fazem necessárias a partir da implantação do SPED", sendo devidamente orientado pelo Prof. Luiz Felipe Ferreira, e co-orientado pelo Prof. Neri Muller.

O presente estudo destina-se a investigar a percepção dos contadores de Florianópolis com relação às mudanças profissionais que se fazem necessárias a partir da implantação ao Sistema Público de Escrituração Digital. Para isto têm-se como objetivos específicos (i) verificar as mudanças na rotina do contador provocada pela implantação do SPED; (ii) identificar sob a ótica dos contadores quais as vantagens e desvantagens da implantação do SPED; (iii) observar entre os contadores pesquisados que ações eles estão tomando para se manter atualizados e qualificados, a fim de atender às novas necessidades de seus clientes.

Neste sentido, solicitamos sua colaboração, respondendo o questionário em anexo.

Para que a pesquisa seja realizada com o devido critério, solicita-se a transcrição de respostas condizentes com a realidade. Ressaltamos que as informações são para fins estritamente acadêmicos e que será mantido total sigilo sobre a identidade dos respondentes e dos escritórios.

Os resultados desta análise estarão dispostos no Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), após a devida apresentação à banca avaliadora.

Desde já agradecemos a colaboração, e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Florianópolis, 04 de outubro de 2010.

Assinatura manuscrita em azul de Neri Muller.

Neri Muller.
Professor Co-orientador

Assinatura manuscrita em azul de Luiz Felipe Ferreira.

Luiz Felipe Ferreira.
Professor Orientador

QUESTIONÁRIO

A percepção dos Contadores de Florianópolis com relação às mudanças profissionais que se fazem necessárias a partir da implantação do SPED

Orientações:

1. Caso seu escritório não possua clientes enquadrados nas situações previstas no SPED, preencha apenas a 1ª, 2ª e 4ª parte do questionário.
2. Por gentileza remeter o questionário respondido até o dia 03 de novembro de 2010, para o seguinte e-mail: andrea_pires87@hotmail.com.

1ª PARTE: Perfil do respondente

1. Sexo
 - a. Masculino
 - b. Feminino
2. Faixa etária
 - a. Menos de 25 anos
 - b. Entre 25 anos e 35 anos
 - c. Entre 36 anos e 45 anos
 - d. Mais de 45 anos
3. Escolaridade
 - a. Nível Técnico
 - b. Graduado
 - c. Especialista – Área: _____
 - d. Mestrado – Área: _____
 - e. Doutorado – Área: _____

2ª PARTE: Caracterização do Escritório

1. Quantidade de Colaboradores
 - a. De 01 a 05
 - b. De 06 a 10
 - c. De 11 a 15
 - d. Acima de 15
2. Quantidade de Clientes

3. Com relação ao regime de tributação dos seus clientes atribua o percentual de clientes enquadrados em cada um dos seguintes regimes:
 - a. Simples Nacional _____
 - b. Lucro Presumido _____
 - c. Lucro Real _____
 - d. Lucro Arbitrado _____

3ª PARTE: Sobre a Implantação do SPED

1. Com relação às empresas atendidas por seu escritório, indique quantas empresas se enquadram em cada uma das opções abaixo:
 - a. Não estão obrigadas ao SPED _____
 - b. Já estão obrigadas ao SPED _____
 - c. Não estão obrigadas no momento, mas já tem prazo definido para _____

implantar o SPED _____

2. Considerando que a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) são as bases do projeto SPED, qual(is) desse(s) conduziu(iram) a implantação do SPED nas empresas atendidas pelo escritório?
 - a. ECD _____
 - b. EFD _____
 - c. NF-e _____ -
 - d. ECD e EFD _____
 - e. EFD e NF-e _____
 - f. Todos os três _____
 - g. Outros subprojetos. Qual(is)?

3. Considerando as empresas que já implantaram ou que estão em fase de implantação do SPED, quantas implantaram por exigência legal e quantas implantaram voluntariamente?
 - a. Exigência legal _____
 - b. Voluntariamente _____
 - c. Outra. Qual? _____

4. No sítio eletrônico do SPED, a Receita Federal do Brasil define que, entre outros benefícios, o SPED proporcionará condições de maior competitividade das empresas. Analisando a gestão das empresas de seus clientes, o quanto você concorda com essa afirmação?
 - a. Concordo totalmente
 - b. Concordo parcialmente
 - c. Discordo parcialmente
 - d. Discordo totalmente

5. De acordo com a sua percepção, foram necessárias mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que implantaram o SPED?
 - a. Sim
 - b. Não

6. Se a resposta anterior foi sim, cite quais as principais mudanças ou adaptações estruturais e quais as mudanças ou adaptações de rotina, resultantes da implantação do SPED.

7. Quais as áreas e/ou departamentos da empresa envolvidos na implantação do SPED? **Assinale quantas opções forem necessárias.**
 - a. Contábil
 - b. Jurídica
 - c. Tecnologia
 - d. Fiscal
 - e. Outras. Quais?

8. Com relação às empresas que já implantaram o SPED quais as dificuldades encontradas? **Assinale quantas opções forem necessárias.**
- Custo financeiro
 - Mudanças na estrutura da empresa
 - Preparação do pessoal
 - Outra (s). Qual (is)? _____
9. Na sua percepção enquanto profissional de Contabilidade, quais as principais vantagens (benefícios) proporcionadas pelo SPED, sob a ótica da empresa que o implantou? Atribua um grau de importância a cada uma delas, sendo 1 para a mais importante e 5 para a menos importante.
- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; e com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
 - Rapidez no acesso às informações;
 - Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
 - Melhoria da qualidade da informação;
 - Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

4ª PARTE: Sobre o profissional da Contabilidade em relação ao SPED

1. Você enquanto profissional da Contabilidade, qual a sua percepção em relação à preparação dos profissionais que estão à frente da Contabilidade? Estão preparados para atender às recentes exigências legais trazidas pela implantação do SPED?

2. Você enquanto profissional da área contábil, qual a principal providência que está tomando, a fim de atender às novas necessidades dos seus clientes, resultantes da implantação do SPED? **Assinale quantas opções forem necessárias.**

- Participação em palestras, congressos e cursos;
- Leitura de manuais fornecidos através da legislação;
- Leitura da legislação acerca do SPED;
- Outra (s). Qual (is)? _____
- As necessidades resultantes da implantação do SPED não me exigiram nenhuma providência até o momento.

3. Diante das necessidades demandadas na implantação do SPED, no que se refere ao perfil do profissional da Contabilidade, qual o fator principal que você, de acordo com a sua percepção, atribui como o mais importante para que o profissional da Contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel nessa atual conjuntura:

- Qualificação;
- Visão gerencial;
- Conhecimento em informática;

- d. Capacidade de interpretar corretamente a legislação;
 - e. Habilidade em aprender;
4. Na condição de profissional da Contabilidade e considerando a implantação do SPED nas empresas sob sua responsabilidade técnica, qual a sua avaliação quanto às mudanças nas rotinas da sua empresa de Contabilidade, após a implantação do SPED:
- a. nenhuma rotina foi modificada;
 - b. apenas algumas rotinas foram modificadas;
 - c. várias rotinas foram modificadas.
5. Em relação a sua empresa de Contabilidade, qual o maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas sob as quais você possui a responsabilidade técnica:
- a. Maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis;
 - b. Redução da mão-de-obra necessária para atender às empresas;
 - c. Aumento da necessidade de mão-de-obra para atender às empresas;
 - d. Falta de mão-de-obra qualificada para gerar as informações do SPED;
 - e. Necessidade de investimento em novas tecnologias.
6. Enumere de 1 a 5 os itens que devem ser revistos de acordo com as novas regras estabelecidas pela Legislação do SPED, na sua opinião, de acordo com grau de dificuldade enfrentado pelos profissionais da área contábil. (Nota 1 para o mais importante e nota 5 para o menos importante).
- a. Interpretação da legislação
 - b. Aplicação da legislação
 - c. Geração do arquivo
 - d. Validação do arquivo
 - e. Encontrar software adequado para fazer todo o processo
7. Na sua percepção, no que se refere à tecnologia da informação e seus impactos sobre a contabilidade, quais as principais vantagens (benefícios) proporcionadas pela TI? Atribua um grau de importância a cada uma delas, sendo a nota 1 para a mais importante e 5 para a menos importante.
- a. Ganhos de produtividade e eficiência nos processos;
 - b. Fornecimento de informações rápidas;
 - c. Integração dos programas Fiscal, Folha de Pagamento e Contabilidade;
 - d. Redução na repetição de lançamentos;
 - e. Aumento da segurança operacional através do uso dos módulos integrados;